

Conhecimentos e condutas de biossegurança entre docentes de enfermagem

Knowledge and practices of biosafety among nursing professors

Conocimiento y conducta de bioseguridad entre los docentes de la facultad de enfermería

Roberta Laise Gomes Leite Morais¹; Manuella Serra Tanan²; Juliana da Silva Oliveira³; Maiara Pimentel Macedo⁴; Adriana Alves Nery⁵; Silvio Arcanjo Matos Filho⁶

A Pesquisa foi financiada com recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (2013-2014) e contou com duas bolsistas de Iniciação Científica com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) (2013-2014), uma bolsista de Iniciação Científica com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2013-2014) e uma bolsista de Iniciação Científica com recursos da UESB.

Como citar este artigo:

Morais RLGL; Tanan MS; Oliveira JS; et al. Conhecimentos e condutas de biossegurança entre docentes de enfermagem. Rev Fund Care Online. 2017 jan/mar; 9(1):137-143. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i1.137-143>

ABSTRACT

Objectives: To describe the knowledge of nursing teachers of a nursing course on Norm 32 and on post-exposure practices to biological materials and to identify the vaccination status of these teachers. **Method:** Quantitative descriptive cross-sectional study. Data was collected between September and October 2014, using a questionnaire and analyzed using the SPSS statistical software 21.0. The participants were 35 nursing teachers. **Results:** 71.4% were female; 100% claimed to have knowledge on biosecurity; 51.4% knew Norm 32; 71.4% were immunized for hepatitis B; 22.9% had accidents involving biological material; only 14.3% cited washing the injury with water and soap after the occurrence of an accident. **Conclusion:** It was evidenced that there is a weakness in the teachers' knowledge regarding biosafety actions.

Descriptors: Occupational Health, Teachers, Nursing, Occupational Hazards, Exposure to Biological Materials.

¹ Professora Assistente, Departamento de Saúde II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: robertalaise@hotmail.com.

² Enfermeira. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: manuella.serrat@gmail.com.

³ Professora Assistente, Departamento de Saúde II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: juli.silva.oliveira@gmail.com.

⁴ Enfermeira. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: mayerpimentel@gmail.com.

⁵ Professora Titular. Departamento de Saúde II. Docente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: aanery@gmail.com.

⁶ Professor Adjunto. Departamento de Saúde II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: silviohgpv@gmail.com.

RESUMO

Objetivos: Descrever o conhecimento dos docentes enfermeiros de um curso de enfermagem sobre Norma Regulamentadora 32 e as condutas pós-exposição a materiais biológicos e identificar a situação vacinal destes docentes.

Método: Estudo quantitativo descritivo de corte transversal. Os dados foram coletados, entre setembro e outubro de 2014, através de um questionário, e analisados através do Software estatístico SPSS 21.0. Participaram da pesquisa 35 docentes enfermeiros. **Resultados:** 71,4% eram do sexo feminino; 100% afirmou ter conhecimento sobre biossegurança; 51,4% conheciam a Norma Regulamentadora 32; 71,4% estavam imunizados para hepatite B; 22,9% sofreram acidente envolvendo material biológico; apenas 14,3% citaram a lavagem com água e sabão do ferimento após a ocorrência de acidente.

Conclusão: Evidenciou-se que existe uma fragilidade no conhecimento dos docentes relativo às ações de biossegurança.

Descritores: Saúde do Trabalhador, Docentes, Enfermagem, Riscos Ocupacionais, Exposição a Materiais Biológicos.

RESUMEN

Objetivos: Describir el conocimiento de los profesores de enfermería de un curso de enfermería en la Norma 32 y comportamientos posterior a la exposición a materiales biológicos y para identificar el estado de vacunación de estos maestros. **Método:** Estudio descriptivo transversal cuantitativo. Los datos fueron recogidos entre septiembre y octubre de 2014, mediante un cuestionario y analizados mediante el programa estadístico SPSS 21.0. Los participantes fueron 35 profesores de enfermería. **Resultados:** 71,4% eran mujeres; 100% afirmó tener conocimiento de la bioseguridad; 51,4% conocía la Norma 32; 71,4% fueron inmunizados contra la hepatitis B; 22,9% tenían accidentes con material biológico; sólo el 14,3% citó lavado con agua y jabón lesión ante la ocurrencia de un accidente. **Conclusión:** Se demostró que hay una debilidad en el conocimiento de los profesores en relación con las acciones de bioseguridad.

Descriptorios: Salud Ocupacional, Profesores, Enfermería, Riesgos Laborales, Exposición a Materiales Biológicos.

INTRODUÇÃO

A saúde do trabalhador é um campo da saúde pública que compreende as interações entre o trabalho e o processo saúde/doença, possuindo ações, regulamentadas pela lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990, que são definidas como um conjunto de atividades que se destinam, através das ações de vigilância epidemiológica e sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e reabilitação da saúde dos mesmos.¹ Estas ações foram instituídas em detrimento da existência de inúmeros riscos e agravos advindos das condições de trabalho.^{2,3}

É importante destacar que os trabalhadores de saúde, durante as suas atividades laborais, se expõem rotineiramente a múltiplos e variados riscos relacionados a agentes químicos, físicos, biológicos, psicossociais e ergonômicos.⁴ Entre os trabalhadores de saúde, os profissionais de enfermagem são os que apresentam maior risco de exposição a material biológico, em função da sua rotina profissional, sendo que as infecções mais preocupantes são aquelas causadas pelos vírus da Aids (HIV) e das hepatites B e C (HBV e HCV).^{2,4,5}

Considerando que o risco biológico é bastante iminente entre os profissionais de saúde, ressalta-se a importância de discutir os diversos agravos envolvendo essa exposição ocupacional, uma vez que os agentes etiológicos podem determinar doenças graves que nem sempre têm resultados visíveis em curto prazo.⁶

Nessa perspectiva, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou em 2005 a Norma Regulamentadora 32 (NR32), direcionada àqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, com o objetivo de determinar a implementação de medidas de proteção à segurança desses profissionais.⁷ Esta é a única Norma Regulamentadora que vem definir a importância de ações que deverão ser realizadas para prevenção dos riscos de acidentes de trabalho em profissionais de saúde.^{8,9}

Outro fator importante visando a prevenção e proteção dos profissionais é a imunização, pois esta se constitui em mais um meio de protegê-los das doenças imunopreveníveis, como a hepatite B.¹⁰ Além disso, devido ao grande risco de soroconversão para HIV, Hepatite B e C, o Ministério da Saúde (MS) publicou um instrumento técnico que orienta o trabalhador da saúde quanto à conduta correta frente à ocorrência de um acidente envolvendo material biológico.¹¹

Reafirma-se que o profissional de enfermagem, no que tange à sua prática na atenção primária e especialmente nos hospitais, é uma das principais categorias profissionais exposta ao risco biológico, pois durante a assistência estão em contato direto com os pacientes e também devido ao tipo e à frequência de procedimentos que realizam, destacando o contato iminente e/ou constante com sangue e fluidos orgânicos.^{12,13} Logo, deduz-se que os enfermeiros docentes também estão expostos aos riscos biológicos durante a supervisão de práticas e estágios da Universidade, uma vez que desenvolvem as mesmas atividades inerentes à profissão.

Nesse sentido, a enfermagem é uma profissão que exige conhecimento técnico científico para exercer assistência de maneira efetiva e segura, sendo imprescindível, portanto, o conhecimento aprofundado sobre as normas de biossegurança. Dessa forma, este estudo se propõe a discutir o conhecimento que os docentes enfermeiros possuem a respeito da biossegurança. A realização da pesquisa se justifica devido à escassez existente na literatura de estudos com docentes do curso de enfermagem envolvendo o conhecimento dessa população relativo a tal tema, bem como a possibilidade da exposição ao risco biológico no exercer das suas atividades assistenciais e/ou de supervisão, que poderá levar a ocorrência do acidente.

Partindo do que foi exposto, este estudo torna-se relevante devido à importância da temática e da possibilidade de proporcionar novos conhecimentos e subsídios aos atuais docentes e, conseqüentemente, aos discentes, futuros profissionais de saúde, com um olhar mais voltado para a segurança e a saúde no trabalho.

Diante dessa problemática, foram elaborados os seguintes objetivos: descrever o conhecimento dos docentes enfermeiros

ros de um curso de enfermagem sobre NR 32 e as condutas pós-exposição a materiais biológicos e identificar a situação vacinal para hepatite B e difteria e tétano (dT) destes docentes.

MÉTODOS

Pesquisa quantitativa descritiva de corte transversal, desenvolvida no município de Jequié, no estado da Bahia, tendo como cenário a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), entre os meses setembro e outubro de 2014.

Os participantes foram docentes enfermeiros do curso de graduação em enfermagem da UESB. A população foi composta por 41 docentes. Utilizou-se como critérios de inclusão: professores enfermeiros, ativos durante o período da pesquisa; e como critérios de exclusão: professores que não são enfermeiros, professores que se encontravam afastados para cursar pós-graduação, professores afastados por licença médica, prêmio ou maternidade, professores em readaptação funcional. Após seleção realizada pelos critérios estabelecidos, a amostra contou com 35 docentes.

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento norteador um questionário, elaborado pelos pesquisadores, que se subdivide em 5 blocos (informações sócio demográficas; características ocupacionais; acidentes de trabalho; biossegurança; condições gerais de saúde), dos quais foram avaliadas questões relacionadas a: informações sociodemográficas, acidentes com material biológico, biossegurança, conhecimento sobre a NR 32 e vacinação.

Antes da aplicação do questionário com os participantes da pesquisa, foi realizada a validação do mesmo através de um estudo piloto com 20 pós-graduandos do curso de Mestrado em Enfermagem e Saúde da UESB. Mediante as sugestões, foram feitas as correções necessárias.

Os dados coletados foram tabulados através do programa Epidata 3.1, com dupla digitação objetivando avaliar a qualidade dos dados. Posteriormente, foram comparados os bancos de dados e foi verificada a existência de erros de digitação, seguindo com a correção com o auxílio dos questionários. Após os dados tabulados e banco conferido, a análise se deu através do Software estatístico *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, versão 21.0.

O estudo obedeceu, conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde,¹⁴ aos preceitos éticos e legais das normas de pesquisa que envolve seres humanos, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB), sob o número de parecer 242.588 e CAAE: 04830812.7.0000.0055. Antes da coleta dos dados, os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos da mesma e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados pelos questionários, serão descritas na tabela a seguir (Tabela 1) as características sociodemográficas dos participantes da pesquisa.

Tabela 1 - Distribuição das variáveis sócio demográficas dos docentes enfermeiros do curso de enfermagem da UESB, Jequié, 2014

Variáveis	Nº	%
Sexo	Masculino	04 11,4
	Feminino	25 71,4
	Não responderam	06 17,1
Faixa Etária	25 a 35 anos	08 22,9
	36 a 46 anos	11 31,4
	47 a 57 anos	12 34,3
	58 a 68 anos	04 11,4
Escolaridade	Especialização	07 20,0
	Mestrado/Doutorado	25 71,4
	Pós-Doutorado	03 8,6

Verificou-se que 100% da população relatou ter conhecimento sobre o significado de biossegurança e pelo menos 77,1% já participou de algum curso/palestra abordando o tema. A maioria dos profissionais (97,1%) sabia o significado de equipamento de proteção individual (EPI) e apenas um professor não conhecia o significado. Um percentual de 85,7% afirmou utilizar EPI durante a realização de atividades pertinentes à profissão da enfermagem.

Quanto ao conhecimento dos docentes enfermeiros sobre a existência de alguma norma de biossegurança relacionada aos profissionais de saúde, 60% respondeu conhecer, 20% afirmou não saber e os outros 20% não responderam à questão. As principais descrições dadas por estes estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Conhecimento dos docentes sobre normas de biossegurança direcionadas aos profissionais de saúde, Jequié, 2014

Variáveis	%
NR 32	22,9
Descarte correto	12,9
EPI	17,1
Outros: NR- 5, 6, 7, 9 e 17	77,1
Controle do ambiente	2,9
Normas determinadas pela CCIH	2,9
EPC	2,9
NBR 91	2,9
Uso de luvas contato com fluidos corporais	2,9
Uso de luvas para punção venosa	2,9
Vacinas	2,9

Foi questionado também sobre o conhecimento que esses docentes possuem em relação à NR 32, e a maioria (51,4%) mencionou conhecê-la, enquanto 42,9% referiram não ter conhecimento sobre essa norma e 5,7% dos docentes não responderam. Ao analisar os conceitos mencionados pelos docentes referentes a NR 32, surgiram as seguintes respostas: normas para proteção, prevenção e segurança dos trabalhadores a serem seguidas pela instituição e profissional de saúde; normas de biossegurança no ambiente de trabalho e orientações e recomendações aos profissionais para sua proteção e; prevenção dos riscos e doenças ocupacionais no ambiente de trabalho.

Em relação à ocorrência de acidente de trabalho envolvendo materiais biológicos, verificou-se que 22,9% dos docentes haviam sofrido o acidente, enquanto 71,4% não sofreu essa exposição e 5,7% não responderam. Dos acidentados, todos afirmaram que o evento ocorreu em outro vínculo de trabalho. Na época da ocorrência, apenas 62,5% estavam vacinados para a Hepatite B, 25% não estavam vacinados e 12,5% não sabiam informar.

Em se tratando do conhecimento da população pesquisada sobre o que deveria ser feito após a ocorrência de um acidente com materiais biológicos, 88,6% relataram saber o que deveria ser feito após exposição, 5,7% disseram não saber e 5,7% não responderam. As principais condutas relatadas pelos docentes estão descritas na Tabela 3.

Tabela 3 - Condutas pós-acidente com materiais biológicos mencionadas pelos docentes enfermeiros. Jequié, 2014

Variável	%
Comunicar a CCIH	37,1
Lavar o local com água e sabão	14,3
Lavar o local com água	2,9
Realizar os testes rápidos para HIV e hepatites	5,7
Conversar com o paciente para realização de exames	5,7
Fazer uso de medicações/coquetel	14,3
Fazer exames do paciente	14,3
Fazer exames do acidentado	11,4
Tomar vacinas	12,9

Ao avaliar os dados relacionados à situação vacinal, foi constatado que 92,4% haviam sido vacinados contra a hepatite B, 2,9% não receberam a vacina e 5,7% não responderam. Quanto ao esquema vacinal para hepatite B, a maioria (80%) relatou que estava com o cartão completo, 5,7% apresentavam apenas 2 doses, 5,7% não sabiam ou não lembravam e 8,6% não responderam.

Quanto à realização do exame anti-HbS foi verificado que ainda existe um percentual de 14,3% de docentes que não realizaram o teste para comprovação da imunização para hepatite B, enquanto que 77,1% realizaram o exame e 8,6% não responderam. Quanto à aquisição da imunidade para hepatite B, 71,4% afirmaram estarem imunizados para a doença, 8,6% não estavam imunizados e 20% não responderam ao quesito. Válido salientar que 14,3% necessitou tomar reforço da vacina para hepatite B.

A respeito da situação vacinal para difteria e tétano (dT) 82,9% dos docentes afirmaram ter recebido 3 doses ou mais da vacina e 11,4% não responderam. Quanto ao tempo de recebimento da última dose da dT, 62,9% respondeu ter tomado a menos de 10 anos, 17,1% a mais de 10 anos e 8,6% não responderam.

Ao analisar os dados sócio-demográficos constatou-se a predominância do sexo feminino. Percebe-se que tanto na área assistencial em enfermagem como na docência, é refletida a inserção da mulher na sociedade, já que ambas as áreas de atuação são consideradas atividades "femininas"^{15,16}

De acordo com as informações coletadas envolvendo o conhecimento acerca da biossegurança, observou-se nos resultados um quantitativo absoluto de 100% na amostra de docentes afirmando saber sobre o tema. Além disso, 87,5% afirmaram utilizar EPI durante a realização de procedimentos. Diante disso, reforça-se a necessidade de que o profissional de saúde tenha conhecimento das normas que regulamentam a biossegurança e as sigam em seu cotidiano.¹⁶

Os enfermeiros devem fundamentar-se no conhecimento científico adotando medidas simples de biossegurança, como a lavagem das mãos e o uso de EPIs, as quais são essenciais para a realização das práticas, uma vez que essas medidas eliminam a maioria dos microrganismos causado-

res de infecções, protegendo o profissional contra os diversos riscos inerentes ao ambiente ocupacional.³ Além disso, ressalta-se que a lavagem das mãos e o uso do EPI garantem não só a segurança do profissional como também do paciente, os quais se encontram em um ambiente de risco.

Os trabalhadores de saúde passaram a ter um maior acesso ao conhecimento de seus direitos relacionados à segurança e saúde ocupacional por meio da NR 32, uma vez que esta legislação reúne, em uma única norma, as recomendações específicas para esta classe trabalhada.² Desta forma, de acordo com o percentual de docentes (51,4 %) que afirmaram conhecer a NR 32, percebe-se que a maioria deles está ciente tanto da existência dessa norma como do seu direcionamento para a proteção e prevenção do trabalhador nos serviços de saúde.

Porém, apesar de afirmarem ter conhecimento sobre a NR 32, os docentes não apresentaram definições fundamentais desta norma, a saber: a obrigação do empregador de disponibilizar EPI gratuitamente, bem como a sua utilização pelo empregado; manejo adequado para o tratamento de resíduos biológicos, além da capacitação dos trabalhadores no manejo destes; utilização de materiais perfurocortantes com dispositivo de segurança; capacitação prévia e continuada dos trabalhadores; a responsabilidade do profissional de saúde em descartar corretamente os objetos perfurocortantes, bem como de não reencapar agulhas ou desconectá-las manualmente; a imunização dos trabalhadores como medida preventiva, dentre outras disposições.⁷

Ao questioná-los acerca do conhecimento de alguma norma de biossegurança voltada para os profissionais de saúde, 60% dos docentes responderam tanto em relação à existência de Normas Regulamentadoras como a prática de condutas corretas que envolvem, de certa forma, as preconizações que estão inseridas na NR 32 e descritas na Tabela 02.

A enfermagem vem sendo sinalizada como a categoria profissional mais acometida por acidentes envolvendo material biológico. Isso acontece devido ao grande número de profissionais de enfermagem nas instituições de saúde, em contato direto na assistência aos pacientes assim como à frequência e ao tipo de procedimentos efetuados por esses profissionais, o que os tornam susceptíveis a ocorrência de acidentes de trabalho.²¹

Apesar de apenas 08 docentes (22,9%) terem sofrido acidente envolvendo material biológico em outro vínculo de trabalho, percebe-se ainda a ocorrência desse incidente presente na enfermagem. Além disso, vale ressaltar que 25% desses docentes não estavam vacinados para hepatite B no momento do agravo, o que os tornou vulneráveis à possível contaminação por esse agente etiológico.

O protocolo criado pelo MS preconiza que após a ocorrência de um acidente envolvendo materiais biológicos seja realizada a avaliação e acompanhamento criterioso do tipo de acidente, averiguando e registrando as características da exposição na região do corpo atingida por material orgânico, já que os graus de risco de contaminação para as doenças

são diferentes e, conseqüentemente, também são distintas as condutas indicadas pós-acidente.^{6,11} Nesse sentido, verificou-se que 88,6% afirmaram saber o que fazer após a ocorrência do acidente envolvendo material biológico, trazendo como respostas os dados da Tabela 3.

Diante disso, constatou-se que 14,3% dos docentes enfermeiros citaram como conduta pós-exposição a lavagem com água e sabão do local atingido; 14,3% fazer exames do paciente; 11,4% fazer exame do acidentado; 12,9% tomar vacinas; e 5,7% realização dos testes rápidos para HIV e as hepatites. De acordo com o Ministério da Saúde, a conduta inicial pós-acidente é a lavagem da região atingida com água e sabão nos casos de exposição percutânea ou cutânea e a lavagem com água ou solução salina fisiológica nas exposições de mucosas.^{11,21,22} Isso demonstra que apenas alguns docentes saberiam agir de maneira correta em relação ao acidente.

Ressalta-se que a realização de exames laboratoriais após o acidente deve ocorrer em todos os casos para proposição da conduta correta quanto à terapia quimioprolifática, a qual deve ter início imediato (nas primeiras 2 até 72 horas), considerando que essa ação reduz cerca de 80% do risco de aquisição do HIV. Além disso, a vacinação e o acompanhamento pelo profissional médico habilitado da instituição deverão ocorrer imediatamente.²²

Entre as diversas ações de proteção à saúde do trabalhador, pode-se destacar a vacinação enquanto medida prática e eficiente de prevenção para algumas doenças. Uma vez que os profissionais de saúde se expõem em seu ambiente de trabalho a vários microrganismos, é necessário que os mesmos sejam vacinados contra aqueles patógenos para os quais existem vacinas disponíveis.^{5,12,17,18} A maioria dos docentes enfermeiros pesquisados neste estudo (80%) relatou vacinação completa para hepatite B, tal como mencionado em outros estudos realizados.^{5,12,17}

A análise dos dados em relação à realização do exame anti-Hbs pelos docentes verificou que 77,1% o realizaram, sendo que 71,4% afirmaram estar imunizados para hepatite B. Esses dados divergem de um estudo realizado, no qual 86,4% dos profissionais de enfermagem não realizaram o teste sorológico anti-HBs em decorrência de fatores como desconhecimento da sua importância e falta de tempo.¹⁹ Diante disso, é válido ressaltar que, uma vez o esquema vacinal completo, se faz necessária a avaliação da soroconversão, pois nem sempre a imunização é eficaz.⁵

Quanto aos docentes que não realizaram o teste supracitado (14,3%) e aos que não receberam a vacina contra a hepatite B (2,9%), presume-se que caso apresentem resultado negativo e tenham contato com o patógeno em ambiente prático, poderiam contrair a hepatite B.¹⁹

Ao analisar a vacinação para dT dos docentes constatou-se que a maioria (82,9%) estava com esquema vacinal completo, sendo que 62,9% referiu ter tomado a última dose da vacina há menos de 10 anos. Esses dados demonstram que os docentes conhecem e buscam seguir aquilo que é preconizado pelo MTE e MS, uma vez que tais órgãos recomendam essencial-

mente a vacinação para Hepatite B e dT para todo o trabalhador de saúde como forma de prevenção a essas doenças.¹⁷

Apesar dessa recomendação, evidencia-se que estudos ainda são incipientes na investigação quanto a vacinação para dT entre docentes e profissionais de enfermagem. Percebe-se uma maior valorização para hepatite B, podendo isso estar relacionado a um maior risco de aquisição dessa doença.

Além disso, no que se refere ao tétano, percebeu-se uma tendência ao declínio do número de casos no Brasil, porém ainda observa-se a frequência da mesma em todas as faixas etárias com maior concentração do número de casos entre pessoas de 25 a 54 anos seguido dos indivíduos de 55 a 64 anos ou mais.²⁰ Com a diminuição significativa da mortalidade em relação ao tétano, infere-se que a preocupação dos profissionais de saúde quanto a essa doença tem diminuído, o que os torna dotados de sentimento de autoconfiança e invulnerabilidade.

Ressalta-se, ainda, a importância desses docentes com esquema vacinal incompleto (17,1%) atualizarem sua condição vacinal para dT, visto que a aquisição do tétano se torna iminente à medida que se ultrapassa o prazo máximo de 10 anos para a tomada do reforço.

CONCLUSÃO

Com base nos dados identificados na pesquisa, o presente estudo permitiu avaliar o nível de conhecimento dos docentes enfermeiros em relação aos assuntos que envolvem a biossegurança.

Considerando que a utilização de EPI minimiza os riscos biológicos e a ocorrência de acidente ocupacional durante a assistência de enfermagem, é fundamental que os docentes enfermeiros reforcem essa medida de segurança, tanto nas condutas durante o acompanhamento de práticas e estágio como em sala de aula. Tornam-se, assim, referência para os futuros enfermeiros que são orientados por eles durante a graduação, de modo a contribuir para modificação do cenário de acidentes ocupacionais com material biológico entre os trabalhadores da área da saúde.

Outro dado importante revelado no estudo é que cerca da metade dos docentes não conheciam a NR 32, sendo essencial a atualização dos profissionais sobre este tema, com o intuito de disseminar essa informação para os acadêmicos de enfermagem, já que esta norma respalda todo trabalhador da saúde através da garantia de medidas preventivas importantes, como a vacinação gratuita, a utilização de equipamentos para proteção, dentre outros.

Quanto à conduta pós-exposição a material biológico, infere-se que os docentes possuem um conhecimento generalizado da mesma, porém ainda se faz necessário o aprofundamento acerca do assunto, visto que quanto mais informação adquirirem, mais aptos estarão a conduzir de maneira eficiente uma situação envolvendo a exposição a materiais biológicos seja com eles mesmos ou com os discentes.

Por fim, espera-se que o estudo contribua para a sensibilização dos docentes enfermeiros acerca dos agravos que envolvem a saúde do trabalhador bem como a importância de preveni-los, pois apesar de ter havido um crescimento de estudos sobre acidentes ocupacionais com material biológico entre profissionais na área da saúde, poucas são as publicações envolvendo o conhecimento destes acerca das problemáticas que envolvem a biossegurança e saúde do trabalhador.

Desta forma, a presente pesquisa pretende contribuir para a reflexão dos profissionais a respeito dos riscos ocupacionais e valorização da sua segurança durante o exercício laboral, servindo como referência para futuras consultas bibliográficas.

REFERÊNCIAS

1. Lei Nº 8080, de 19 de setembro de 1990 (BR). Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília. 19 set. 1990.
2. Galon T, Marziale MHP, Souza WL. A legislação brasileira e as recomendações internacionais sobre a exposição ocupacional aos agentes biológicos. *Rev Bras Enferm.* 2011; 63(1):160-7.
3. Valle ARMC, Moura MEB, Nunes BMVT, Figueiredo MLF. A biossegurança sob o olhar de enfermeiros. *Rev. enferm. UERJ.* 2012; 20(3):361-7.
4. Neves HCC, Souza ACS, Medeiros M, Munari DB, Ribeiro LCM, Tipple AFV. Segurança dos trabalhadores de enfermagem e fatores determinantes para adesão aos equipamentos de proteção individual. *Revista Latino-Am. Enfermagem.* 2011; 19(2):08 telas.
5. Valim MD, Marziale MHP. Avaliação da exposição ocupacional a material biológico em serviços de saúde. *Texto Contexto Enferm.* 2011; 20(Esp):138-46.
6. Vieira M, Padilha MI, Pinheiro RDC. Análise dos acidentes com material biológico em trabalhadores da saúde. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 2011; 19(2):08 telas.
7. Portaria Nº 485 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 11 de novembro de 2005 (BR). Aprova a Norma Regulamentadora n. 32 – Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.* 16 nov. 2005.
8. Silva TR, Rocha AS, Ayres JÁ, Juliani CMCM. Acidente com material perfurocortante entre profissionais de enfermagem de um hospital universitário. *Rev Gaúcha Enferm.* [Internet]. 2010 [acesso em: 20 jan 2014]; 31(4):615-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v31n4/a02v31n4.pdf>.
9. Silva MR, Cortez EA, Valente GSC. Acidentes com materiais perfurocortantes e biológicos no ambiente hospitalar: análise da exposição ao risco e medidas preventivas. *Rev. pesqui. cuid. é fundam.* [Internet]. 2009 [acesso em: 15 fev 2014]; 3(2):1856-72. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1280/pdf_387.
10. BONINI, A. M.; ZEVIANI, C.; CANINI S. R. M. S. Exposição ocupacional dos profissionais de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva a material biológico. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2009 [acesso em: 15 fev 2014]; 11(3):658-64. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a25.htm>.
11. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Protocolos de complexidade diferenciada. Exposição a materiais biológicos. Brasília (Brasil): Ministério da Saúde, 2006.
12. Malaguti-Toffano SE, Santos CB, Canini SRMS, Galvão MTG, Brevidegli MM, Gir E. Adesão às precauções-padrão de profissionais de enfermagem de um hospital universitário. *Acta Paul Enferm.* 2012; 25(3):401-7.
13. Simão SAF, Souza F, Borges RAA, Soares CRG, Cortez EA. Fatores associados aos acidentes biológicos entre profissionais de enfermagem. *Cogitare enferm.* 2010; 15(1):87-91.
14. Resolução Nº 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012 (BR). Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União.* 13 jun. 2013.
15. Oliveira JM, Santos PF, Feliciano RG, Assis MM, Cortez EA, Valente GSC. Riscos e doenças ocupacionais do docente universitário de enfermagem: implicações na saúde do trabalhador. *Rev. pesqui. cuid. fundam.* [Internet]. 2013 [acesso em: 17 out 2014]; 5(1):3267-75. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1903/pdf_684.
16. Sousa AFL, Souza AM, Oliveira LB, Mourão LF, Batista OMA, Guimarães MSO. O ensino da biossegurança em saúde por docentes da graduação em enfermagem. *Rev. Interd.* [Internet]. 2014 [acesso em: 12 abr 2014]; 7(1):85-92. Disponível em: http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/238/pdf_98.
17. Magagnini MAM, Rocha AS, Ayres JA. O significado do acidente de trabalho com material biológico para os profissionais de enfermagem. *Rev. Gaúcha Enferm.* [Internet]. 2011 [acesso em: 23 fev 2014]; 32(2):302-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v32n2/a13v32n2.pdf>.
18. Dias MP. Perfil vacinal dos profissionais de enfermagem em hospital referência para doenças infecciosas de fortaleza – Ceará. *Cienc Cuid Saude.* 2013; 12(3):475-82.
19. Pinheiro J, Zeitoune RCG. O profissional de enfermagem e a realização do teste sorológico para hepatite B. *Rev. enferm. UERJ.* 2009; 17(1):30-4.
20. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. 7 ed. Brasília (Brasil): Ministério da Saúde, 2009.
21. Campos SF, Vilar MSA, Vilar DA. Biossegurança: conhecimento e adesão às medidas de precauções padrão num hospital. *Rev. bras. cienc. Saúde.* 2011; 15(4):415-20.
22. Araújo TM, Barros LM, Caetano JA, Araújo FM, Ferreira Júnior, FC, Lima ACF. Acidente ocupacional e contaminação pelo HIV: sentimentos vivenciados pelos profissionais de enfermagem. *Rev. pesqui. cuid. Fundam.* [Internet]. 2012 [acesso em: 11 mar 2014]; 4(4):2972-9. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1860/pdf_639.

Não houve conflito de interesse na concepção desse trabalho

Recebido em: 14/09/2015
Revisões requeridas: Não
Aprovado em: 15/06/2016
Publicado em: 08/01/2017

Autor responsável pela correspondência:

Roberta Laíse Gomes Leite Morais
Rua Oswaldo Alvares Meira, nº 74
São Judas Tadeu. Jequié/BA, Brasil
CEP: 45204-061